

CONTRIBUIÇÕES DE SAUSSURE: PRECURSORES, PARALELOS,  
SUCESSORES E DESDOBRAMENTOS

SAUSSURE'S CONTRIBUTIONS: PRECURSORS, PARALLELS,  
SUCCESSORS AND DEVELOPMENTS

Marcelo Moraes Caetano

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

marcelomcaetano@gmail.com

RESUMO:

Em relação às ideias e aos métodos de Saussure, apresentam-se, há muito, concordâncias e discordâncias. No entanto, em ambos os casos, houve desdobramentos de seus postulados. Ao propugnar pela ênfase sobre a unidade da língua, e não sobre sua heterogeneidade, Saussure sublinhou o método estruturalista, até hoje necessário para a elaboração e compreensão de uma gramática normativa. Os teóricos que o sucederam, com suas discussões prolíficas, também levaram adiante questões como o funcionalismo e o formalismo, e empreenderam não somente sólidas contribuições sobre o que caracteriza, efetivamente, a descrição linguística de um idioma (formalismo), mas, também, traçaram parâmetros sobre como essa descrição se relaciona com os seus usuários (funcionalismo).

PALAVRAS-CHAVE: Estruturalismo; *Langue*; Formalismo; Funcionalismo; Descrição

ABSTRACT:

Saussure's ideas and methods have agreements and disagreements, but, in both cases, there were developments of his postulates. When he advocates the emphasis on the language on its homogeneity, Saussure underlined the structuralist method, still necessary for the development and understanding of a normative grammar. Theorists who followed him, with their prolific discussions, also took on issues such as functionalism and formalism, and undertook solid discussions about what characterizes effectively linguistic description of a language, and, in a practical way, how this description acts the user of that language.

KEYWORDS: Structuralism; *Langue*; Formalism; Functionalism; Description

## Introdução

O ano 2016 marca o centenário da publicação do *Curso de Linguística Geral*, obra que, com as concordâncias e discordâncias que lhe foram endereçadas, contribuiu grandemente para o avanço dos estudos em filologia, linguística, semiótica e outras disciplinas afins, como procuraremos evidenciar.

Para começar, partamos do famoso binômio que Saussure travou entre *langue* e *parole* (respectivamente *língua* e *discurso*), que criou ou expandiu uma série de estudos concernentes à linguagem humana. Para desdobrar o que há pouco apontamos, foram inequivocamente influenciadas pela visão saussuriana as linguísticas (macro e micro), a linguística histórica, a disciplina gramatical, as estilísticas (da *langue* e da *parole*), as sociolinguísticas em suas mais variadas vertentes<sup>1</sup>, a pragmática (ou filosofia analítica da linguagem<sup>2</sup>), as análises do discurso, a linguística cognitiva. Devemos, ao seu lado, entretanto, sempre ressaltar a importância do método estruturalista estadunidense, que correu em parilha com as ideias postuladas na Europa, sem conhecê-las, ao que tudo indica. Esse fato vem aqui apontado por Coseriu:

Na linguística norte-americana, a orientação estruturalista procede de E. Sapir e, principalmente, de L. Bloomfield, e, embora fundamentada em premissas totalmente distintas e declaradamente independentes do saussurianismo, emprega frequentemente métodos análogos e chega a resultados praticamente idênticos aos do estruturalismo e funcionalismo europeus. (COSERIU, 1979, p. 88)

Também não se pode esquecer, evidentemente, que, antes de Saussure e, em muitos casos, como fontes de inspiração ao mestre de Genebra, houve autores que já discutiam aspectos atinentes à unidade e à variedade, mudança e variação, língua e discurso, espaço, tempo, variantes, variáveis. Entre eles, vale sempre ressaltar a importância de Humboldt (de que Coseriu nunca deixou de falar, em seus estudos de linguística histórica), de Husserl, de Frege (este, contemporâneo de Saussure) e, recuando um pouco mais na linha cronológica, de Santo Agostinho e de Aristóteles. Voltaremos a alguns deles em breve.

É claro que havia outros pensadores questionando aspectos da linguagem humana e seus decursos sobre a *comunicação* (com os estudos de retórica<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Como a variacionista, a interacional (da Escola de Palo Alto), a quantitativa ou caótica, a pancrônica (que se tangencia com a linguística histórica em questões de variação e mudança).

<sup>2</sup> Destacando-se as Escolas de Cambridge e Oxford.

<sup>3</sup> Não é fortuito o fato de que, por exemplo, Charaudeau e Maingueneau citem os estudos de Aristóteles de seu livro *Arte Retórica*, e apropriem-se de termos originários do estagirita para muitas de suas conclusões na moderna análise do discurso, como logos, ethos e pathos, entre outros.

aqui incluídos) e a *cognição*<sup>4</sup>, binômio que, *grosso modo*, seria o norteador respectivamente das linhas que procurariam verter suas atenções sobre os aspectos *funcionalistas* e *formalistas* da língua. Entre esses autores, podemos citar o próprio Freud, além de Wundt, Baudouin de Courtenay<sup>5</sup>, Trubetzkoy. No entanto, optamos por deixá-los ausentes, neste artigo, pois acreditamos que uma das contribuições legadas por Saussure foi exatamente afastar dos estudos de línguas, propositadamente, os traços que a subjugassem, por assim dizer, a critérios excessivamente “psicologizantes”.

Essa sua conduta – isolar cientificamente a linguística da sociologia e, sobretudo, da psicologia –, como celebrenemente lembrou Meillet no Congresso Internacional de Haia (1930), conferiu o “certificado de alforria” da linguística diante de outras ciências próximas<sup>6</sup>. Mencionamos tais autores, entretanto, por sabermos que, mesmo em pensadores coetâneos dos estudos da linguagem, suas influências são notáveis: é o caso de Benveniste e Pêcheux, para só citarmos dois de inegável envergadura.

Voltemos a Saussure. Este nunca negou a heterogeneidade do discurso. No entanto, não quis, no *Curso de Linguística Geral*, ocupar-se prioritariamente dessa heterogeneidade.

A formação de uma metodologia muito rigorosa (predeterminar quais *não* eram seus objetos de estudo), com efeito, foi justamente um dos fatores que deram ao *Cours* seu caráter científico inegável, não apenas como piloto da nova linguística que surgia, como, também, como ciência-piloto, epistemologia (o estruturalismo<sup>7</sup>), das demais ciências, sobretudo humanas, a partir de então; ciências que, em geral, estavam também sobremaneira atreladas ao psicologismo e, naquela época (fins do século XIX e inícios do XX), ao “Irracionalismo”

---

<sup>4</sup> No sentido de “conhecimento intrínseco” do sistema ou estrutura de uma língua ou conjunto de línguas, e não necessariamente de disciplinas como o cognitivismo, a linguística cognitiva, a psicolinguística, que, embora partam igualmente de um conceito de cognição, não raro transitam entre o formalismo e o funcionalismo.

<sup>5</sup> A definição de “fonema” como “correlato psicológico do som da fala” timbra o viés demasiado atrelado à psicologia, sob forte impacto das investigações freudianas.

<sup>6</sup> Se no Círculo Linguístico de Praga, e seu congresso um ano antes, nomes notáveis como Jakobson e Bühler já eram cognominados de “estruturalistas diacrônicos”, há certo consenso de que apenas com o congresso de Haia, aludido, o termo “estruturalismo”, baseado sobretudo nos postulados de Saussure, consagrou-se. Queira ver notas de rodapé 7, 8 e 14.

<sup>7</sup> O estruturalismo, para se fazer um breve histórico, iniciou-se, no ocidente, com Aristóteles (em suas categorias da *Ética*), desdobrou-se na Escolástica de Santo Agostinho e de São Tomás de Aquino, e foi posteriormente aprofundado por Husserl, Hegel, Humboldt, Saussure (o responsável pela sistematização mais rigorosa do estruturalismo) e por todos os pós-estruturalistas ou desconstrucionistas, como Lacan, Derrida, Foucault, Lévi-Strauss, Barthes, Russell, Wittgenstein. Queira ver notas de rodapé 6, 8 e 14.

de filósofos como Wundt, Nietzsche, Schopenhauer, Freud, Trubetzkoy, Sapir (estes dois últimos, em seguida, aderiram ao estruturalismo, fugindo do psicologismo), como ficou esboçado há pouco.

Há esta diferença na vida de relação, que a língua é um mecanismo inconsciente, enquanto que um comportamento é consciente: crê-se que se comporta de tal ou tal maneira por razões que se escolhe, ou em todo caso que se tem uma escolha. Na verdade, não é isto que é importante, é o *mecanismo da significação*. É neste nível que o estudo da língua pode tornar-se uma ciência-piloto esclarecendo-nos sobre a organização mental que resulta da experiência do mundo ou à qual a experiência do mundo se adapta, não sei muito bem qual dos dois. Há, em particular, uma maneira de organizar relações lógicas que aparecem muito cedo na criança. Piaget insistiu muito sobre esta capacidade de formar esquemas operatórios, e isto vai de par com a aquisição da língua. Esta rede complexa se reencontraria em um nível profundo em grandes procedimentos intelectuais, na estrutura das matemáticas, nas relações que são o fundamento da sociedade. (BENVENISTE, 2006, pp. 24-25, grifamos)

Esse foco sobre o “mecanismo de significação”, de que fala Benveniste, e todas as implicações que daí advêm, é, como se viu, o ponto preeminente em que a linguística se torna, mais do que uma disciplina ou ciência, uma ciência-piloto, isto é, portadora de metodologias e filosofias da ciência (epistemologias) capazes de gerir outras ciências.

## **1. Gramática normativa: compêndio e repositório da *langue***

A elaboração de uma gramática normativa, por exemplo, precisa coerir conscientemente com o seu *objeto de estudo* e a sua *metodologia*, traçados previamente, para não se tornar um gênero científico híbrido e confuso. E esse objeto é, antes do mais, a língua em sua feição homogênea, isto é, a *langue*, sua estrutura e forma. Se o gramático vai, em alguns momentos, a outras ciências, inclusive a própria psicologia e a antropologia, que digam respeito, de alguma forma, à análise do signo linguístico verbal e até não verbal, deve tratar dessas ciências até o limite em que a própria gramática, ancorada nas formas mínimas (morfemas), na frase (sintaxe) e no texto (estilística e linguística textual, subsidiárias da gramática), como veremos, não seja colocada como coadjuvante, mas, sim, como protagonista da descrição pretendida.

Assim, além do método estruturalista<sup>8</sup>, que Saussure explorou com profundidade, ainda que desdobrado posteriormente nos pós-estruturalismos, a sua própria conduta ao explicitar o que *não* interessava a seus estudos (embora não lhe tenha negado importância para estudos em outras searas) é exemplar na fatura de compêndios gramaticais normativos até os dias de hoje, e não perdeu seu frescor diante das inúmeras correntes e linhas de pensamento que perpassam os estudos da linguagem atualmente.

Sabemos que o desafio de se proceder à fatura de uma *gramática normativa*, ainda que *reflexiva* ou *compreensiva* (como diria Mattoso Câmara Jr.)<sup>9</sup>, por exemplo, reside, entre outros fatores, precisamente no fato de a “reflexão” ou “compreensão”, a que alude o adjunto do sintagma, dizer respeito à circunstância de que se deva levar o usuário da gramática *lato sensu* (como uma língua funciona em sua forma ou estrutura<sup>10</sup>) a compreender a sua gramática *stricto sensu* (como a média de uma variante de prestígio dessa língua, usada para fins de chancelaria, políticas linguísticas, escolarização e letramento etc., se desenvolve). Essa compreensão levará progressivamente o estudante e o estudioso ao domínio de um conjunto de gêneros textuais específicos, que são justamente aqueles que requeiram a eficiência no desempenho do conteúdo da modalidade escrita em registro tenso, em expressões escrita ou, menos frequentemente, oral: falo dos gêneros dissertativos em sua maioria, dos gêneros científico e de divulgação científica, de muitos gêneros literários (orais ou escritos), inclusive os registrados ao longo da história e da deriva de uma língua específica (apontados na linguística histórica e na história da língua); e assim por diante.

Assim sendo, dizemos, de antemão, que o discurso, ou a *parole* saussuriana, não corresponde ao alvo *central* de uma gramática normativa, mesmo reflexiva. Isso ocorre porque o discurso, muito mais fluido e adaptável a situações e contextos (no sentido de Malinowski e Labov) que se modificam com grande rapidez, partindo inclusive da dêixis (no sentido de Bar-Hillel) ou referencial da debreagem absoluta (eu-aqui-agora), foge, por assim dizer, da

---

<sup>8</sup> Com suas noções de valor alicerçadas sobre oposições e contrastes, partindo de princípios homogêneos como referência a parâmetros heterogêneos. Isso será explorado adiante. Querida ver notas de rodapé 6, 7 e 14.

<sup>9</sup> Isto é, que contenha não apenas metalinguagem gramaticográfica, como também epilinguagem gramaticológica e que, até, encontre correlações de estudos da linguagem em geral, como a Linguística e a Pragmática. Algo paralelo ao que Mattoso chamou de “gramática compreensiva”.

<sup>10</sup> Basicamente: fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, discursividade e textualidade específicas, sua pragmática própria, ligada a fatores de culturalidade etc.

necessidade da disciplina gramatical, o que não ocorre com os gêneros textuais há pouco citados.

Cabe um exercício dialético, que partirá da seguinte asserção: “A língua não existe senão no falar dos indivíduos, e o falar é sempre falar uma língua” (COSERIU, 1979, p. 33). Isto é, parece-nos haver uma dialética constante entre os falares (ou discursos, instáveis) e a língua (estável ou tentando sê-lo), a que Hugo Schuchardt, valendo-se de metáfora retirada à física, atribuiu respectivamente a primazia das forças centrífuga e centrípeta. Reside na análise constantemente dialética entre essas forças operantes sobre a língua/linguagem a sua análise e descrição completas, e à gramática normativa *stricto sensu*, ou escolar, cabe a primazia da descrição das forças centrípetas, unificadoras, sem as quais o letramento, em seu sentido completo, amparado pelas políticas linguísticas, terá falhado.

Questões atinentes à pragmática, à estilística, à semântica, às análises do discurso, às sociolinguísticas, à linguística textual, à psicolinguística somente serão evocadas quando pertinentes à reflexão *gramaticológica* a que queremos conduzir nosso usuário, tornando-o o mais possível competente (cf. Chomsky), no nosso caso dentro da Língua Portuguesa, nos domínios e gêneros textuais aludidos, de maior rigor calcado no prescritivismo, cujo fim ulterior é a promoção de políticas de possibilidade de união comunicativa em meio à natural dispersão que essa mesma comunicação naturalmente ocasiona.

### 1.1. O que é “descrição” de uma língua? Alguns princípios

A *descrição* completa de uma língua, com efeito — e na verdade —, parece nunca opor-se verdadeiramente à *prescrição*, uma vez que, como veremos, a língua, “sistema de sistemas” (cf. Saussure), virtualidade, “gramática universal” ou *input* inicial (cf. Chomsky), até chegar ao seu *estágio estável* (idem), só se realiza após *prescrições* de *normas* que digam respeito aos inumeráveis domínios discursivos de um povo que se utiliza de uma língua em qualquer um de seus modos de aquisição<sup>11</sup>: a transmissão (vernácula ou espontânea) ou o ensino (artificial). Todas as variantes de ambas as modalidades — escrita e falada — se consagram pelo estabelecimento de *prescrições* ou *normas*, espontâneas ou ensinadas, que permitem o aparecimento das variantes em questão.

A língua, afinal, em qualquer domínio discursivo, é um jogo de linguagem

---

<sup>11</sup> Uso aqui o termo “aquisição” não de forma técnica, mas como substantivo relativo ao verbo “adquirir”, como se apresenta no senso comum.

(cf. Wittgenstein), um conjunto de negociações (cf. Grice, Austin, Levinson, Searle, Goffman), sem os quais não poderia existir. É, como resumiria Saussure, um conjunto de *convenções*, sem as quais se tornaria ininteligível; sem normas seguidas consensualmente, em quaisquer domínios ou variantes, haverá ausência de comunicação e, portanto, não haverá *lingua*, porquanto os *falares* não encontrarão “mecanismos de significação”.

Façamos uma pequena digressão sobre a transmissão (espontânea) de uma língua e o ensino (letramento) desta. “Vernáculo” é o conceito usado na linguística para identificar a língua natural e espontânea dos indivíduos, adquirida na infância durante o processo de aquisição da linguagem.

“O vernáculo é anterior à influência sociocultural padronizante da escola e do letramento, sendo, assim, considerado como a instância mais natural de uma língua” (KENEDY, 2013, p. 92). A distinção aqui entre língua transmitida ou adquirida e língua aprendida aproxima-se das distinções filológicas entre *Erbgang e Lehrgang* (ou fundo hereditário e fundo aprendido), que Carolina Michaëllis de Vasconcelos usou para falar do léxico herdado (seja contínuo, seja inovador) e do léxico incorporado, respectivamente, de que uma língua se vale ao longo de sua deriva. “Essa disposição inata para a criação infinita de enunciados foi chamada, na teoria de Chomsky, de Faculdade da linguagem, que ia de encontro às técnicas racionalistas e empiricistas, por exemplo de Bloomfield e Skinner” (KENEDY, 2008, p. 81).

Coseriu, sempre consciente da necessidade da descrição de uma língua com base na dialética entre os conceitos de *langue e parole* de Saussure, criou o trinômio *sistema, norma e fala*. Nesse trinômio, não há correspondência imediata ao binômio saussuriano, mas, em vez disso, um intrincado jogo de analogias que cria conjuntos e subconjuntos com os conceitos do mestre genebrino, e não apenas seus conceitos de *langue e parole*, mas também outros, como sintagma e paradigma, como veremos a seguir.

Não é nosso escopo o aprofundamento no trinômio coseriano. No entanto, uma exemplificação empírica, cotejada com as correspondências saussurianas, pode ser útil.

Em alguns registros contemporâneos do português falado e escrito do Brasil, encontra-se o seguinte quadro de flexão verbal (número e pessoa)<sup>12</sup>. Primeiramente exporei o que falo e, em seguida, analisarei à luz do sistema, norma e fala de Coseriu e suas inter-relações com os conceitos de Saussure de que vimos falando:

---

<sup>12</sup> Observe-se que se trata, no caso analisado, da sincronia saussuriana.

EU OCUPO

\*TU OCUPA

ELE/VOCÊ/ A GENTE / O SENHOR OCUPA

\*NÓS OCUPA

\*ELES/VOCÊS OCUPA

SISTEMA coseriano 1 (Paradigma saussuriano): 1ª. Pessoa do Discurso (quem fala); 2ª. Pessoa do Discurso (com quem se fala); 3ª. Pessoa do Discurso (de quem se fala)<sup>13</sup>.

SISTEMA coseriano 2 (*Langue* saussuriana): Eu, tu, ele, você, nós, a gente, o senhor, Vossa Majestade, vós, eles, vocês etc.

NORMA (Sintagma saussuriano) – Distinção estruturalista apenas entre EU (centro) X NÃO EU (periferia)

FALA (*Parole* e sintagma saussurianos): \*TU OCUPA, \*NÓS OCUPA, \*ELES/VOCÊS OCUPA etc.

Mas infringem até mesmo essa norma coseriana (ou sintagma saussuriano):

\*EU OCUPA

\*NÓS OCUPO

Isso porque não se terá respeitado a distinção estruturalista entre EU (marcado com DNP –O) e NÃO EU (marcado com DNP –A). Assim sendo, há, até nessa variante específica, *prescrição* ou *norma* (inclusive no sentido coseriano). Trata-se de uma versão *normativa*, portanto, e até mesmo *prescritiva*, já que desobedecer-lhe implicará sanção do grupo social e suas “solidariedades” mecânica ou orgânica, termos do sociólogo Émile Durkheim, que Saussure conheceu e em que se baseou para tirar algumas de suas noções sobre *langue*. Trata-se do caráter heterônomo (*langue*) de uma língua, que dialoga, como vimos, com seu caráter autônomo (*parole*).

Como sabemos, a realidade da língua é a mudança, e não a estaticidade. Diz-se com frequência que o discurso de hoje é a língua de amanhã. A passagem do latim vulgar, oral e distenso, para o português e sua norma padrão o comprova. Humboldt já nos provou que a língua é *enérgica* (*Tätigkeit*, ativi-

<sup>13</sup> Repare-se que esta tripartição em “pessoas do discurso” poderia exemplificar o que Sapir chamou de “categoria” de uma língua: basicamente o que é necessário e possível se falar com determinada língua.

dade, processo) e não *ergon* (*Werk*, produto). Toda mudança é proveniente de variantes, mas nem todas as variantes redundarão em mudança.

Porém, se a língua muda, sua compleição nunca desguarnece o falante, nunca o deixa num vácuo categórico-semântico-discursivo, nunca o desveste de seus “mecanismos de significação” necessários e possíveis (*categorias* linguísticas, cf. Aristóteles e Sapir), mesmo enquanto seus quadros de categorias se reconfiguram ao longo de sua deriva diatópica ou até diacrônica.

Sendo isso verdade, faço uma pausa para reflexão de fenômeno recentíssimo: como, então, fica o caso de grafias como “TodXs” e “tod@s”, presentes amiúde em cartazes nos dias de hoje, usadas para esmaecer um –O que se entende como desinência de gênero masculino, e não como convergência do gênero neutro do latim, que deixou de existir com uma forma particular em português, e acumulou-se com o –O do masculino? Trata-se de uma “variante” que só pode ser escrita, pois não cria condições fonéticas e grafêmicas de fala. É empiricista? Racionalista? Experimentalista? Como os linguistas, quase sempre privilegiando a língua falada e muitas vezes desprezando a língua escrita, inquinando-a de artificial e especiosa, podem criar uma forma que só pode ser escrita, nunca falada, e que não poderia ser mais artificial ou especiosa exatamente por essa razão?

Percebemos que cabe ao linguista e ao filólogo — sérios — promoverem a descrição completa de uma língua, que não exclui a variante da modalidade escrita, exclusão tão inadequadamente afeita a alguns tipos (oitocentistas) de adeptos da linguística. Não exclui, tampouco, a descrição gramaticográfica ou metalinguística, que tem como alguns de seus objetivos a política linguística, o letramento, a possibilidade de expansão de uma língua em territórios onde ela não tenha sido transmitida de modo vernáculo ou espontâneo. A passagem da epilinguagem (saber) para a metalinguagem (saber que se sabe), em suma, caracteriza o imperativo categórico (cf. Kant) das línguas de ciência, como a língua portuguesa, que não pode se confinar a territórios vernáculos.

Consideremos, pois, a escrita. Como nasce a partir daí uma tradição de saber linguístico? Entre os babilônios, os egípcios, os gregos e os chineses parece ter se realizado um processo análogo. A escrita produz textos, em especial textos literários. Mesmo que seja evidente que *toda escrita supõe normas, notadamente estilísticas*, ela não parece produzir espontaneamente uma reflexão sobre a natureza da linguagem, até mesmo um saber codificado dos processos de linguagem a partir de suas técnicas próprias (AUROUX, s/d, grifamos).

Não foi à toa que a gramatização dos vernáculos tenha efervescido na Renascença e tenha tido seu ponto de inflexão, até hoje definitivo, com as necessidades provenientes das expansões ultramarinas e a troca comunicativa que esses entrepostos requereram. Provam-no a fatura de gramáticas e dicionários como os de Nebrija (1492, 1495), gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), a gramática da “língua mais usada na costa do Brasil”, de José de Anchieta (1595), os dicionários de Rafael Bluteau (1728) e Antônio de Moraes Silva (1789).

Assim, o objeto central da gramática normativa ou escolar, como salientam todos os grandes gramaticógrafos, é a parte homogênea, escolar, letrada, padrão, normativa, nuclear, centrípeta, unificadora da língua, oral ou escrita: algo próximo ao que Saussure chamaria *langue*. Esse objeto central, reitere-se, é de fundamental importância para que o ambiente escolar propicie meios com que o estudante possa codificar e decodificar textos de maior complexidade formal, seja pela natureza de seu conteúdo (o científico, por exemplo), seja pela necessidade de sua expressão que pode ser igualmente complexa (a literária, por exemplo).

## 1.2. Aprofundando os objetos da(s) gramática(s)

O conceito de *gramática* encerra multiplicidade de sentidos que, muitas vezes, causa celeumas desnecessárias entre linguistas e filólogos.

Excelente estudioso do assunto, Ricardo Cavaliere propõe que se utilize mesmo o conceito “metatermo” para que, com fidedignidade, se alcance a extensão presente no conceito:

O conceito de gramática, hoje, traz ainda a polissemia que o termo já sugeria no final do século XIX. Com efeito, vários significados de *gramática* já existentes nos oitocentos perpassaram o tempo, vindo a eles somar-se ao menos mais uma definição, surgida no século XX com a modelo teórico da *Gramática Gerativa*, certamente a mais utilizada hoje na literatura linguística (CAVALIERE, 2015, p. 95).

Consideramos a observação de importância capital, uma vez que pode dirimir dúvidas e até apontar outras supostas que, na verdade, não são sequer consistentes ou verossímeis.

Dando um passo além, embasada a nossa conclusão por um traço de homogeneidade que se sobreponha, culturalmente, aos traços de relativismo dessas

mesmas culturas<sup>14</sup> (de que o idioma, insistimos, é ponto central), afirmamos que essa parte homogênea, no que se refere ao estudo gramaticológico, tem como objeto de alcance *estrito* (aqui encarado numa postura investigativa momentânea) *a frase* (precedida, naturalmente, das formas mínimas, ou morfemas e até fonemas); e, como objeto *lato*, *o texto*. Não é seu objeto de investigação o discurso (heterogêneo, “relativístico”) que lhe é (à gramática), como também ficou registrado, entretanto, importante elemento de permanente diálogo.

Sobre a questão de ser a frase o centro primordial ou primeiro ou estrito da gramática, como há pouco dissemos, valem as palavras de Azeredo:

Como conceito técnico da moderna ciência da linguagem, **gramática** refere-se ao sistema de regras que permite aos falantes de uma língua construir e compreender suas *frases*. Ninguém aprende a falar uma língua sem adquirir sua gramática. [...] Uma língua só é forma de comunicação porque seus falantes conhecem e empregam – mesmo sem estar conscientes disso – as mesmas regras para construir *frases* e atribuir-lhes significado. Este sistema de regras é a gramática (AZEREDO, 2010, p. 33, grifamos, o negrito é original).

Surge a gramática, antes do mais, pois, na qualidade de compêndio de funcionamento paradigmático > sintagmático e morfológico > sintático (configurando-se como um compêndio sistêmico-funcional) do idioma, compreendendo “idioma” como o patrimônio imaterial de maior envergadura de uma cultura, em seu caráter de relativa (porém fluida e modificável, de acordo com espaço e tempo) uniformidade comunicativa. Entender-se-á gramática, em sentido amplo, pois, como o conjunto de regras do sistema idiomático, seus mecanismos de funcionamentos interno, interativo, psíquico e social (vemos aqui a tricotomia imprescindível de Bühler: a representação, o apelo e a manifestação psíquica), que ocorrem em consonância com as funções ideacional, textual e interpessoal, entre outras (cf. Halliday).

Uma gramática estrutura e sistematiza regras, práticas, normas, procedimentos, articulações, que permitem que um conjunto de sons (fones e fonemas),

---

<sup>14</sup> Repare-se mais uma vez como o método estruturalista, de que Saussure se valeu, expandindo-o à epistemologia de ciência-piloto, não desapareceu nem perdeu eficácia, como equivocadamente querem alguns teóricos, motivados por interesses sobre outras áreas da língua. A gramaticografia, e outros campos dos estudos da linguagem e dos estudos humanos, precisam partir de um ponto de vista nuclear, central, a partir do qual se traçam comparações e se criam análises. O método estruturalista não está supostamente ultrapassado, em que pese às enormes contribuições que outras metodologias, até mesmo provenientes dele (como os pós-estruturalismos) vieram a trazer. Q.v. notas de rodapé 6, 7 e 8.

formativos (morfes e morfemas) e palavras se organizem, numa dada língua, de modo tal que constituam entidades comunicáveis desenroladas linearmente em relações sintagmáticas de subordinação (sintagma *stricto sensu*), coordenação (sequência) ou aposição. Aqui, poder-se-ia dizer que se estabeleceu uma conceituação de gramática em seu sentido amplo ou lato: o de descrição das regras internas que permitem a um grupo social comunicar-se verbalmente por meio de um idioma específico.

No sentido estrito, o de gramática *escolar ou normativa*, as regras a que se alude (o sistema) são retiradas, por diversas fontes, do que se convencionou estabelecer como língua *padrão*, que por inúmeras razões se consagra como a de maior prestígio ou encaixamento/adoção para fins de representação universal, ainda que idealizada, de uma língua. Esse modo de fazer gramática remonta a muito antes da gramatização renascentista de que falamos, porque já em gramáticas como de Dionísio da Trácia, Panini ou Varrão se delineava a preocupação com formas adequadas e inadequadas de se expressar em determinados meios (por exemplo, os sagrados, de que as gramáticas sânscritas dão exemplo ao mostrarem como se enuncia o idioma para que os ritos religiosos não sejam profanados). Por essa razão, a gramática normativa ou padrão fornece igualmente meios eficazes de codificação e decodificação de gêneros textuais adstritos à mesma língua padrão; sem essa gramática, tais tipos de texto teriam sua leitura, inteligência, interpretação e produção prejudicadas ou impedidas.

Houve muitas outras “tradições” gramaticais ao longo dos séculos, algo afirmado por Ricardo Cavaliere frequentemente, em muitas de suas obras. A gramática filosófica, por exemplo, tem como espécie de caudatária a recente gramática gerativa. Tratamos brevemente de algumas delas na subseção 2.2 (*Tradição gramatical ou tradições gramaticais*) deste artigo.

A *gramática padrão* deve ser encarada como a média dos saberes linguísticos dos domínios discursivos, tendo como centro estruturalista o domínio de prestígio, objetivando uma língua “ideal”; deve ser vista como uma técnica — ou mesmo tecnologia — artificial de comunicação que transcende as diversidades e se coloca propositadamente, e de modo ideal (cf. Platão), repita-se, sobre elas, para que a comunicação de uma língua se resguarde das forças de dissensão que incidem inevitavelmente sobre seu sistema de sistemas.

A gramática padrão, como filosofia que também o é, não deixa de ser, portanto, reconhecidamente artificial, e fica claro que seu surgimento se deu, como falamos ao apresentarmos o caso mais recente dessa tradição específica, na gramatização da Renascença, com um objetivo de padronizar a comunicação que passou a expandir-se nos meios urbanos, citadinos, e não rurais. A gramá-

tica padrão ocorre por necessidade do surgimento de sociedades cujo centro (no sentido estruturalista) é a civilização comercial, industrial, urbana e, mais recentemente, cibernética. “Não é nos grandes bosques nem nos atalhos que a filosofia se elabora, mas nas cidades e nas ruas, inclusive no que há de mais *artificial* nelas” (DELEUZE, 2002, traduzimos; o grifo é original).

### 1.3 Morfologia, sintaxe e morfossintaxe: estrutura profunda de uma língua?

Ponderemos agora sobre os dois núcleos principais em torno dos quais, quer-nos parecer, uma língua (*langue*) se desenvolve: a morfologia e a sintaxe. Faremos isso após algumas considerações preliminares que sustentarão a afirmação.

Devemos lembrar, à guisa de esclarecimento recorrente, que, nem sempre, quando apontamos a necessidade da norma padrão (ou gramática padrão), estamos sendo “preconceituosos”, falácia que seduz a alguns incautos. A norma padrão é, apenas e tão somente, como ficou dito, uma *técnica* ou *tecnologia* de comunicação, e nem sempre, como todos sabem, é sequer a mais eficaz ou adequada, pois há momentos em que ela não precisa nem deve ser acionada. No entanto, se um idioma não dispuser de uma língua oficial padrão, com que promova a intercomunicação até mesmo num nível de chancelaria ou nível internacional, este idioma não poderá ser considerado uma língua de ciência, e em breve se dissipará, dispersado pelas forças centrífugas que atuam sobre ele.

Na verdade, essa língua não poderia nem mesmo ser ensinada a estrangeiros, porque, afinal, qual língua ensinaríamos a quem não a herdou de berço? Importante investida, neste pormenor, levaria o leitor a pesquisar o exame internacional de proficiência em língua portuguesa na variante brasileira, denominado CELPE-BRAS. A UFRGS dispõe, *online*, de acervo significativo desse exame, com as provas e respostas, e a análise desse material faz-nos perceber que a língua considerada como de nível proficiente (em competência e desempenho) é a língua padrão ou normativa ou escolar.

Como foi mostrado, observamos que toda língua é fruto de um conjunto de convenções, “jogos”, “negociações”, “contratos”. Ela precisa sê-lo a fim de que a sua comunidade a compreenda. Por isso a convenção é sua condição de existência, em quaisquer dos registros em que ela for posta em prática, desde o mais informal e coloquial até o mais formal e “culto”. Aqui retine, mais uma vez, o corolário de Saussure, nunca desgastado, nem sequer vergastado pela ocorrência de teorias novas

Assim é com todos os seus subsistemas, como a fono-ortografia, a sintaxe, a morfologia. A técnica da norma padrão, portanto, é, também, uma convenção e apenas age em benefício da comunicação unitária, tecnicamente convencionalizada, que atua por sobre as inumeráveis diferenças linguísticas. Quem despreza o padrão idiomático está, com culpa ou com dolo, propugnando pelo desmantelamento da própria língua, que pouco a pouco deixará de ser reconhecível por toda a sua comunidade falante e escrevente, perdendo-se em regionalismos que passarão a ser línguas autônomas, as quais futuramente também se dissiparão de modo ininterrupto.

Sim, sabemos que a realidade das línguas é a mudança, e ninguém poderia ser contrário a esse fenômeno. Com efeito, já falamos sobre isso. Não obstante, como se disse, cabe à língua padrão, tecnicamente criada ou apurada de compêndios médios de falares de prestígio, convencional, baseada inclusive na forma *escrita* (e não apenas oral) de comunicação de um idioma, estabelecer os pilares da unidade da língua, para que ela mantenha seu estatuto cultural (que por exemplo une o Brasil de norte a sul e de leste a oeste) e internacional (que por exemplo une o Brasil a Portugal, Angola, Moçambique). As línguas contam, desse modo, com *políticas* linguísticas de unificação, cujo objetivo derradeiro é a manutenção da possibilidade de que elas sirvam à imensa comunidade global que as usa como meio de comunicação unitário, acima das diferenças de todo tipo.

O mandarim, por exemplo, não é a língua materna de todo aquele imenso contingente de chineses que a fala. Trata-se de mais de um bilhão de pessoas. Ou seja, nem todos os chineses aprendem o mandarim por transmissão, mas, sim, por ensino. No entanto, isso não impede que, por uma política linguística, essa língua tenha passado a ser o idioma oficial da China, e seja estabelecida, como toda língua de ciência, sobre bases de norma padrão. Se um de nós for aprender o mandarim, o que nos será ensinado? Exatamente o mandarim padrão, e não alguma das suas formas regionais. Por essa razão é que o mandarim, apesar de não ser sequer a língua materna de grande parte dos chineses, é falado e escrito por quase todos eles, o que foi fundamental para impulsionar a China internacionalmente.

Os estudos africanistas são unânimes ao afirmarem que a libertação de África do neocolonialismo português (década de 70 do século XX) teve como principal fator a língua portuguesa, que Portugal, por meio da escola, impingiu às suas então colônias. Antes, falando idiomas diversos, os africanos não podiam entender-se e afinar seus discursos contra a opressão. Com a língua portuguesa como língua franca entre eles, entretanto, a almejada afinação discursiva foi

possível, e, podendo enfim comunicar-se, os africanos puderam livrar-se do subjugo português. Não foi por outra razão que, mesmo após a expulsão do colonizador europeu, todos os países de África antes colonizados decidiram por manter a língua portuguesa como oficial, uma vez que perceberam a vantagem de se ter uma língua unitária (uma *langue*) em meio a línguas multifacetadas e incomunicáveis umas com as outras (*paroles*).

Em resumo, há a necessidade de que se institua politicamente um idioma oficial, convencional, baseado na norma padrão, que é unitária e tecnicamente eficaz para promover a intercomunicação da cultura a que ela serve. Caso isso não seja feito, o idioma naturalmente se dilapidará.

Há — acredite-se — quem evoque o caso do Império Romano, que, com a cisão de seu idioma, o latim clássico, originou, entre outras, por meio do latim vulgar, a língua portuguesa. Perguntamos: permitir que isso aconteça, nos dias de hoje, com a língua portuguesa ou outra grande língua de ciência, é realmente necessário, racional, útil, benéfico? Acaso a História não é, em muitos casos, exatamente uma forma de aprendermos com o passado para não repetirmos fatos hoje desnecessários? O que o Brasil e a comunidade lusófona do mundo de hoje (não estamos mais no tempo do Império Romano) efetivamente ganhariam com a dispersão de seu idioma *tecnicamente* (nunca é demais a ressalva) unificador?

Manter uma língua padrão não significa de modo algum que se queira supostamente sufocar línguas regionais ou mesmo registros informais distensos. Acreditar que há oposição entre ambos é desconhecer qualquer princípio científico da filologia e da linguística.

A *morfologia* é a parte que mais de perto aponta a estrutura de uma língua. A propósito, se percebemos atrás que a língua é em grande parte *convenção* (convenção que preside não apenas à língua padrão, como a todos os seus demais registros), a morfologia é uma das partes em que com mais nitidez se percebe a *motivação* dos falantes, conscientes e ativos na criação e decodificação de significados. Os usuários que dominam os meios vernaculares serão capazes de criar e decodificar significados infinitos de um número finito de constituintes menores e recicláveis: os morfemas.

Por isso, quando mudanças nos morfemas começam a ser muito numerosas, passamos a observar que *outra* língua está nascendo. O domínio da morfologia, assim, é fundamental para demonstrar que o usuário conhece a estrutura profunda de seu idioma e, dessa maneira, sabe pensá-lo crítica e reflexivamente.

É por essa razão, por exemplo, que grande parte do próprio aumento do léxico de uma língua se dá por neologismos (que constituem uma das formas hereditárias de aquisição), e que estes neologismos recorrem frequentemente

a morfemas como prefixos e sufixos, e mais raramente a novos radicais ou elementos categóricos e/ou flexionais. Um falante proficiente da língua portuguesa saberá reconhecer o significado de uma palavra mesmo que esta nunca tenha sido usada antes (neologismo), exatamente porque deverá ser capaz de reconhecer os componentes da palavra em questão, decompondo-os para decifrá-la.

Sobre o aspecto morfológico-sintagmático, vemos que a língua portuguesa é preponderantemente uma língua analítica, e não sintética. (O latim era preponderantemente sintético, ou aglutinante, devido às suas declinações.) Isso significa que as relações semânticas entre os termos da língua portuguesa (sintagmas) se processam mediante mecanismos *da sintaxe*, como o frequente uso das preposições (sintaxe de regência) para estabelecerem relações de sentido.

Assim, por exemplo, em português temos:

“Casa de Pedro” — estrutura analítica.

Já em inglês teríamos:

“Pedro’s house” — estrutura sintética<sup>15</sup>.

Apesar disso, é exatamente na parte da morfologia que estuda a estrutura e a formação das palavras que podemos identificar aspectos da língua portuguesa que apontam para seu caráter também *sintético*, isto é, que substitui mecanismos sintáticos por mecanismos exclusivamente morfológicos a fim de estabelecer as aludidas relações (“mecanismos”, lembrando mais uma vez a feliz expressão de Benveniste) de significação.

Desse modo, podemos dizer:

“Livro pequeno” — estrutura analítica.

Mas também:

“Livrinho” — estrutura sintética.

No primeiro caso, temos um sintagma para estabelecer o sentido; trata-se de um mecanismo analítico, preposicionado. No segundo caso, dispomos de uma derivação sufixal que aponta para a mesma realidade semântica, sendo, entretanto, um mecanismo morfológico *stricto sensu*, ou sintético.

Da mesma forma poderíamos dizer:

“Romance *de Machado de Assis*” — estrutura analítica.

“Romance *machadiano*” — estrutura sintética.

O outro núcleo fundamental de que falamos é a sintaxe. Podemos definir sintaxe como a parte dos estudos da linguagem que se preocupa grosso modo

<sup>15</sup> Em português, possuímos resquício desse genitivo em –S que ocorre, por exemplo, em inglês e alemão. É o caso de “Fernandes”, “Rodrigues”, “Álvares” que vêm do latim “Fernandici” etc. “Filho de Fernando”, “de Rodrigo”, “de Álvaro”.

com três frentes: 1) a ordem (sequência ou linearidade) em que os termos são colocados na frase (prioritariamente demonstrada pela sintaxe de colocação); 2) a relação que esses termos guardam uns com os outros (prioritariamente demonstrada pela sintaxe de regência); 3) a aderência promovida entre os termos, que muitas vezes gerencia a ordem e a relação há pouco citadas, e, por outro lado, muitas vezes é gerenciada por elas (prioritariamente demonstrada pela sintaxe de concordância).

Porém, a sintaxe, enquanto ordem, relação e aderência, está presente também no íntimo da morfologia. A menor unidade da sintaxe, no que se refere à ordem, é o sintagma. Podemos falar em sintagmas lexicais, como itens do léxico (correspondentes ao lexema, portanto; porém, diversamente do conceito de lexema, observados sob um ponto de vista sintático).

É desse modo que podemos dizer que a vogal temática em português vem após o radical. Trata-se de uma sintaxe, pois estamos falando de uma ordem de elementos intralexicais. A própria constatação da localização distribucional de prefixos e sufixos (antes e depois do radical, respectivamente), não deixa de ser constatação de cunho sintático, mais especificamente no que tange à primeira definição de sintaxe, que é esta de ordem que temos observado até aqui.

Os verbos são estruturas morfológicas que apresentam um intrincado código sintático de elementos (com ordem, relação e aderência) que os formam, que podemos, num plano máximo, assim representar:

PREFIXO + RADICAL + SUFIXO + VT+ DMT + DNP

Exemplo: RE + JUVEN + ESC + E + RE + MOS

Como se observa, trata-se de uma verdadeira “frase” lexical, cuja construção dependeu da obediência dos segmentos morfológicos mínimos a uma ordem que, sem nenhum obstáculo, pode ser classificada como sintática. Essa “frase lexical” pode trocar alguns de seus elementos mínimos (morfemas), mantendo sua base (semantema), assim como um verbo transitivo pode mudar seus objetos diretos (semanticamente), o que tornará diferentes os sentidos obtidos, mas com algo em comum, efetivado pela presença do mesmo verbo transitivo direto:

João bebeu água.

João bebeu suco.

João bebeu cerveja.

No que se refere à sintaxe dos verbos, teríamos, em cotejo com o que foi mostrado há pouco:

RE + JUVEN + ESC + I + A + S

RE + JUVEN + ESC + E + RIA + M

RE + JUVEN + ESC + E + Ø + M

RE + JUVEN + ESC + E + RÁ + Ø

Somem-se a isso considerações outras:

*Os valores expressivos e a dupla função da linguagem.* – A linguagem, como já se viu, tem uma função lógica ou cognitiva, ela serve para a comunicação de conceitos, evocando no espírito do interlocutor as imagens que se formam em nosso próprio espírito. Mas essa comunicação nocional, que é a finalidade da ciência ou do conhecimento lógico só é indiretamente a finalidade da comunicação social, que é essencialmente *volitiva*: comunicamos nossos pensamentos com o fim de obter certas reações [...] (GUIRAUD, 1972, p. 36).

Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento, e é preciso que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. Inclina-mo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (BENVENISTE, 2006, p. 148).

A gramática, dessa forma, deve dispor de um conjunto de aparatos meta-linguísticos com que possa, na técnica gramaticográfica, organizar e esclarecer as regras ou os procedimentos mencionados há pouco.

## 2. Aprendendo a(s) gramática(s): duas palavras

Duas questões preliminares se levantam quando se fala em aprender gramática(s). A primeira, e voltamos isotopicamente ao ponto, diz respeito ao fato de que a língua vernacular é espontaneamente transmitida, sem necessidade, *a priori*, de uma escola que o faça. A segunda, ao contrário, é a que se aproxima da questão de que há falantes alófonos que, por qualquer razão, necessitam que uma língua não vernacular que a eles lhes seja ensinada. Trata-se do binômio transmissão/ensino, ou aquisição/aprendizado.

Em ambos os casos, cremos ter demonstrado que a incursão na gramática normativo-padrão de um idioma revela claramente sua necessidade.

Reiteramos também o ponto sublinhado por Ricardo Cavaliere quando demonstra que, ao falarmos de “gramática”, estamos, possivelmente, falando de conceitos que se tangenciam e até se sobrepõem, mas que absolutamente não são idênticos.

Vejamos, pois, algumas observações traçadas por estudiosos sobre os fatores que levam ao êxito da transmissão-aquisição e do ensino-aprendizado da(s) gramática(s) de uma língua, não se deixando de lado, embora não se ocupando exclusivamente dela, a gramática padrão.

Génouvrier e Peytard propõem três níveis hierarquicamente gradativos para a aquisição artificial (isto é, ensinada) da gramática de uma língua, aqui parafraseados: 1) aquisição espontânea/monitorada dos elementos de funcionamento nuclear da língua (sua gramática) sem preocupação com denominações técnicas (exposição intencional às suas unidades comunicativo-retóricas); 2) introdução e desenvolvimento das metalinguagens gramaticais; 3) reflexão crítica sobre essas metalinguagens e até sobre as variações e mudanças que perpassam aquele funcionamento nuclear.

Para explicitar essa ideia, podemos dizer que eles nomeiam esses graus da seguinte forma:

## **2.1 As três gramáticas**

### **2.1.1 Aquém da gramática**

“Nesse caso, é ao mestre que cabe conhecer gramática, não ao aluno” (GÉNOUVRIER & PEYTARD, 1974, p. 224). Trata-se da gramática não consciente: enriquecimento da competência linguística automatizada na criança ou no falante de língua não materna.

### **2.1.2 A gramática sobre si mesma**

Trata-se da gramática consciente: metalinguagens. A incursão sobre conceitos gramaticais (sistêmicos ou funcionais), mesmo abstratos, é de grande importância para o desenvolvimento do raciocínio do estudioso, que precisará valer-se de tais abstrações, por exemplo, para aprender outro idioma, para lidar com linguagens artificiais, como a cibernética, entre outras circunstâncias que solicitem o raciocínio abstrato.

### 2.1.3 Além da gramática

Trata-se de uma espécie de iniciação à linguística, “as relações da linguística com a sociologia, a psicologia... O que exigiria uma colaboração muito estreita do ‘professor de letras’, do ‘filósofo’ e do ‘matemático’” (GÉNOUVRIER e PEYTARD, 1974, p. 225).

Tratar-se-ia, num nível modesto, de permitir ao futuro universitário tomar contato com uma das ciências-encruzilhadas de nosso tempo e – caso ele se destine a seguir estudos superiores literários – evitar-lhe a penosa experiência por que atualmente passa ao entrar para o primeiro ano da faculdade: descobrir que ignora tudo da gramática *de sua própria língua, e, ainda por cima, dos fundamentos de uma língua em geral* (GÉNOUVRIER & PEYTARD, 1974, pp. 226-227, grifamos).

Os mesmos teóricos, ao discorrerem sobre a suposta dualidade entre dogmatismo e excessiva liberdade (que, em último caso, geraria a falta de comunicação), sintetizam o tema, entre outros, com os seguintes fragmentos: “O ensino gramatical padece ao mesmo tempo das insuficiências de informação e do rigor de um dogmatismo perempto”<sup>16</sup>(GÉNOUVRIER & PEYTARD, 1974, p. 222).

Tudo se passa, para quem encara o ensino do português, como se o pedagogo tivesse que escolher entre uma atitude militar e uma atitude liberal; desejaríamos que ele fosse apenas consciente das condições de toda a situação linguística. Pois a linguagem não é limitação ou liberdade, mas as duas coisas ao mesmo tempo: limitação, porque baseada numa língua comunitária; liberdade pois permite a cada um dizer-se e dizer o mundo. Quem não enxerga que a liberdade do falante é tanto maior quanto melhor domina o código indispensável? (GÉNOUVRIER & PEYTARD, id. p. 222-223)

“Não cabe escolher entre cerceamento e liberdade, mas viver essa contradição” (GÉNOUVRIER & PEYTARD, id. p. 223). Em outras palavras, uma das dificuldades que pode desnortear o ensino da gramática diz respeito à confusão que se faz, frequentemente, entre o campo do ensino da *língua* (por assim dizer de cunho mais marcadamente formalista) e o ensino da *linguística*

<sup>16</sup> Percebe-se, aqui, a alusão à dicotomia que Kant estabelece, em *A crítica da Razão pura* [*Kritik der reinen Vernunft*], entre o senso crítico (aportado em seu imperativo categórico) e o “sono dogmático”, que impede a chegada àquele estado intelectual de desenvolvimento. Note-se que Piaget se baseou, em parte, nessa dicotomia, ao estabelecer a fase pré-operatória como a da coação (sono dogmático) e a de maturação social (pós-operatória) como a da interação ou cooperação intelectual (senso crítico).

(mais marcadamente funcionalista).

É um direito do aluno o acesso aos meios de expressão construídos historicamente pelos falantes, produtores e escritores de expressão portuguesa, para compreender efetivamente qualquer texto (oral ou escrito) nessa língua. O letreiro do ônibus, os nomes das ruas para se locomover e chegar ao seu destino. O jornal que vai possibilitar saber o que acontece na sua cidade, no seu país e no mundo. As leis que regem a sua cidadania, para se proteger, atentando para os seus direitos e deveres. Os poemas que vão desenvolver sua sensibilidade. As conversas com os amigos que vão exercitar sua espontaneidade, aproximando-os. As informações que vão suprir a sede de conhecimentos e a capacidade de transferi-los (como, por exemplo, as leis da Física, numa linguagem compreensível para serem utilizadas). As propagandas – cada vez mais sutis – que lhe exigem inteligência e intuição apuradas para entendê-las e apreciá-las (PEREIRA, 2002, p. 257).

Desse modo, consideramos, de fato, que haja a necessidade do constante diálogo entre o ensino formal (até mesmo lógico) da gramática normativa, centrípeta, e o ensino funcional (ou retórico, *grosso modo*), amparado nas teorias do discurso e das interações, centrífugas por natureza. No entanto, em nossas pesquisas, percebemos que, no ambiente escolar, se deva enfatizar a força de unidade normativa (Língua Portuguesa e sua gramática), sempre tendo como pano de fundo as forças de pluralidade discursiva (dialetologia linguística, incluindo as variantes, variedades, mudanças e variabilidades do português brasileiro), em vez de travar-se o caminho oposto, pois que esse caminho oposto se configura antididático, uma vez que não se deve, pedagogicamente, enfatizar, para neófitos, a complexidade em direção à unidade, e, sim, vice-versa. Aqui reside ponto fundamental, com vimos inúmeras vezes neste artigo, do método estruturalista, que, portanto, não apenas orienta a confecção de uma gramática normativa, como também sugere o método de ensino mais adequado para ela.

Trata-se, em resumo, de propor um diálogo entre o método *estruturalista* com o método *exploratório e produtivo*, em que o utente do idioma, sem deixar de lado o que já aprendeu e usa de sua língua, aprende a usar, também, o registro normativo, enriquecendo-se linguisticamente, em vez de estagnar-se naquilo que, ao entrar para a escola ou universidade, ele já sabia.

Com isso, aquele mesmo método (ir-se exclusivamente da diversidade à unidade, sem o diálogo com sua contraparte) comprovou-se inviável (e, até certo ponto, responde como e por que o ensino da gramática não se mostra, muitas vezes, e de modo prejudicial, possível) para a finalidade de se obterem alunos capazes de transitar, efetivamente, entre os diversos registros da língua:

o aluno acabaria nem atingindo o domínio sobre a norma padrão, nem, tampouco, sobre as noções de variação e variabilidade linguística comunicativa e expressiva. “[...] A Língua Portuguesa – a sua consciência e a sua prática efetiva – extrapolam a sala de aula e se transferem para a vida com todas as suas necessidades (censuras) e seus prazeres (liberdades)” (PEREIRA, id., p. 259).

## 2.2 Tradição gramatical ou tradições gramaticais?

A questão, sobretudo histórica, de a gramática ser encarada como objeto supostamente impositivo de fala e escrita “corretas” ou “puras”, em cotejo com outras modalidades de comunicação, é relevante, sobretudo quando estamos numa gramática que proponha a problematização e a síntese de traços atinentes a normativismo, se confundido este conceito ao de mero conjunto de regras heterônomas, hierarquizadas segundo o parâmetro de poucas modalidades comunicativas, como a língua literária de determinada época, por exemplo.

Toda essa tradição histórica, para citarmos um caso, vem sucinta e brilhantemente exposta na obra *Linguística geral: introdução à linguística teórica*, de John Lyons, em que o autor, na parte 1.2, intitulada A GRAMÁTICA TRADICIONAL, percorre a vertente epistêmica que acompanha a gramática moderna desde sua origem. Assim, trata, em 10 subunidades, dos seguintes temas:

“As origens filosóficas da gramática tradicional”, “Natureza e convenção”, “Analogistas e anomalistas”, “Os alexandrinos”, “A gramática grega”, “O período romano”, “O período medieval”, “Renascença, séculos XVII e XVIII”, “Influência estendida da tradição greco-latina” e “A tradição indiana”(LYONS, 1970, pp. 7-18, traduzi da versão francesa).

Percebe-se, da gênese da gramática, que seu propósito era o de estabelecer a distinção entre o “bem” escrever e o “bem” falar, além de coparticipar da construção do “bem” pensar. Por essa razão é que o antigo *Trivium* se constituía, exatamente, do ensino da Gramática, da Retórica e da Lógica.

Ao lado dessa visão de gramática, que reconhecemos ser a que predomina, sobretudo quando nos referimos à gramática normativa ou escolar (e terminologias que encerram o mesmo conceito), há, historicamente registrado, um viés segundo o qual a gramática se relaciona à percepção, ao conhecimento, à cognição. Assim é que, por exemplo, Swiggers aponta a hermenêia de Aristóteles (interpretação de um pensamento), a gramática especulativa medieval e a gramática filosófica dos séculos XVII e XVIII como precursoras de todas as

linhas que seguiram uma perspectiva cognitivista da linguagem. Desse modo, Chomsky, Lakoff, Langacker, por exemplo, procuraram detectar matizes de como o *conceito* constrói o pensamento (por exemplo pelo prisma da semântica cognitivista, racionalista/objetivista) ou de como a *experiência estética* (corporal, dos cinco sentidos) estrutura esse pensamento (por exemplo, segundo o prisma da linguística cognitiva, empirista/experencialista/construcionista).

Nesse terreno, a língua constitui, também, o objeto investigativo para a construção de qualquer teoria. Trata-se da ciência-piloto de que falamos, embasados por constatação anteriormente exposta por Benveniste, nesta mesma seção do artigo.

Por essa perspectiva, erguida por Lakoff e Langacker, aqui na pena de Cuenca e Hilferty, a elaboração de uma gramática de base cognitiva, cotejada com a gramática de base estruturalista (ou formalista<sup>17</sup>), tem por premissas os cinco seguintes aspectos:

- a. O estudo da linguagem não pode separar-se de sua função cognitiva e comunicativa, a qual impõe um enfoque baseado no uso.
- b. A categorização, como processo mental de organização do pensamento, *não* se realiza a partir de condições necessárias e suficientes<sup>18</sup> que determinam fronteiras rígidas entre as categorias cognitivas, mas sim a partir de estruturas conceptuais, relações prototípicas e semelhanças de família que determinam limites difusos entre as categorias.
- c. A linguagem tem um caráter inerentemente simbólico. Portanto, sua função primeira é significar. Daí se deduz que não é correto separar o componente gramatical do semântico: a gramática não constitui um nível formal e autônomo de representação, mas também é simbólica e representativa.
- d. A gramática consiste na estruturação e simbolização do conteúdo semântico a partir de uma forma fonológica. Por isso o significado é um conceito fundamental e não derivado na análise gramatical.
- e. Impõe-se uma caracterização dinâmica da linguagem que dilui as fronteiras entre os diferentes níveis de linguagem (a semântica e a pragmática, a semântica e a gramática, a gramática e o léxico) e mostra as dificuldades e inadequações que resultam da aplicação rígida de certas dicotomias, como a que opõe sincronia e diacronia, competência e performance, denotação e conotação. A gramática é uma entidade em evolução contínua, “um conjunto de rotinas cognitivas que se constituem, mantêm e modificam pelo uso linguístico” (CUENCA & HILFERTY, 1999, p. 19, traduzi livremente).

<sup>17</sup> Que preconiza a ida da forma ao significado, e não o significado à forma.

<sup>18</sup> Repare-se do diálogo com a noção de “categoria” empreendida por Aristóteles e seus seguidores, anteriormente esboçada.

## Conclusão

Todos esses construtos teóricos, na verdade, agudizam o senso crítico do gramaticógrafo e do estudioso que pretenda olhar e absorver a gramática de forma reflexiva. Isso porque a soma desses marcos equaciona um pensamento gramatical que, ao mesmo tempo em que se alarga em direções e sentidos diferentes, limita-se pelo contraste das coerências encontradas ao longo da trajetória científica investigativa.

Desse modo, os “três modelos para a descrição da linguagem” elaborados por Chomsky e mesmo os “bloomfieldianos” (cf. LYONS, 1970) também expandem e traçam horizontes para o pensamento do gramático, mesmo o que se proponha à elaboração de um compêndio padrão estritamente normativo e prescritivo. Convenhamos que é muito pouco provável que o investigador não se deixe influenciar, para acatar ou refutar, total ou parcialmente, ideias coerentes de outros pensadores que se interessem, na verdade, pelo mesmo objeto profundo que ele.

Importante cientista que procura elucidar os conceitos gramaticais e “seu comportamento na unidade maior – o texto –, que é a real unidade de função” (NEVES, 2000, p. 13) é Maria Helena de Moura Neves, com a *Gramática de Usos do Português*. O livro não possui um caráter preponderantemente teórico, mas, em vez disso, é bastante prático, descritivo (e criterioso), parece estabelecer um manual de usos no que se refere ao paradigma das classes gramaticais da Língua Portuguesa no *texto*, como salienta o trecho há pouco selecionado, de citação de sua autora.

Desse modo, percebemos que a ênfase dada sobre a produção (e interpretação) de textos nas aulas de língua (de cunho marcadamente funcionalista) não pode omitir a importância do conhecimento dos “mecanismos de significação” provenientes da estrutura dessa mesma língua (de cunho marcadamente formalista).

Por uma série de imperativos, que não são apenas sociais, mas também cognitivos, o conhecimento, domínio e competência sobre a gramática padrão do idioma, centrada no que Saussure denominou de *langue*, recupera e ativa no utente de uma língua seu domínio completo, que não deve satisfazer-se com o domínio das variantes vernáculas ou espontâneas dessa língua, mas, em vez disso, deve buscar outras variantes, inclusive as de prestígio, que permitam ao usuário da língua vivenciá-la em sua plenitude, que não descarta seu caráter (e as consequências daí advindas) de língua de ciência, como é o caso da língua portuguesa.

## Referências bibliográficas

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2010.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Editora da UNICAMP, s/d.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. Volume II. São Paulo: Pontes, 2006.
- CAVALIERE, Ricardo. “Em torno do metatermo Gramática na tradição gramatical brasileira.” *Revista da Academia Brasileira de Filologia*. Rio de Janeiro: ABRAFIL, n. XVI, 2015, p. 95-100.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história. O problema da mudança linguística*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- CUENCA, Maria Josep & HILFERTY, Joseph. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel, 1999.
- DELEUZE, Gilles. *L'Île deserte et autres textes: textes et entretiens 1953-1974*. Paris: Minuit, 2002.
- GENOUVRIER, E. & PEYTARD, J. *Linguística e ensino do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.
- GUIRAUD, Pierre. *A semântica*. São Paulo, Difusão europeia do livro, 1972.
- KENEDY, Eduardo. “Gerativismo.” In.: MARTELOTTA, M.E.T. (Org.) *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 79-101.
- LYONS, John. *As ideias de Chomsky*. Trad. de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg, São Paulo: Editora Cultrix, 1970.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. A apropriação da realidade sob a ótica da Língua Portuguesa. In.: HENRIQUES, C. C. e PEREIRA, M. T. G. *Língua e Transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002, p.256-267.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1984.

Submetido em 27 de janeiro de 2016

Aceito em 4 de maio de 2016.